

Análise da Composição da Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária em Mossoró (RN)

Gleicimar de Medeiros Lima¹
Leovigildo Cavalcanti Albuquerque Neto²
Meire Eugênia Duarte³
Adonias Vidal de Medeiros Júnior⁴
Gerlânia Maria Rocha Sousa⁵

Tema 5 – *Os determinantes da pobreza e da desigualdade econômica e social no Brasil e seus desafios para o século XXI.*

Resumo

Compreende a um estudo feito acerca dos principais aspectos da Reforma Agrária e dos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte, fazendo inicialmente uma investigação sobre a origem da concentração fundiária brasileira. O objetivo consiste em analisar o processo de formação e composição de renda, seja por atividades desenvolvidas ou por gestão dos recursos dentro e fora dos assentamentos. O trabalho teve início com base em diversas pesquisas bibliográficas, levantamento de dados junto a órgãos oficiais e algumas entidades envolvidas diretamente com a reforma agrária, também contou com uma pesquisa de campo em 3 assentamentos de um total de 33 existentes no Município de Mossoró, que constou da aplicação de entrevistas junto as lideranças e famílias assentadas, resultando num maior conhecimento quanto a realidade dessas áreas que integram a Política de Reforma Agrária. Na tentativa de abordar a situação atual dos Assentamentos, investigamos alguns aspectos concernentes às condições de vida dos assentados, no qual os resultados obtidos apresentaram inúmeros problemas que vão desde a falta d'água até a precária infraestrutura, principalmente em relação à saúde, educação e serviços. Mostrando uma grande dependência em relação às rendas advindas de aposentadorias e previdência social.

Palavras-chave: Assentamentos; Reforma Agrária; Renda.

Abstract

Comprises a study of the main aspects of Agrarian Reform and Rural Settlements of Rio Grande do Norte, initially doing an investigation on the origin of Brazilian land concentration. The goal is to analyze the process of formation and composition of income, either by activities or developed by management of resources in and out of the settlements. The work was initiated based on various literature searches, data collection with official organs and certain entities directly involved in land reform also included a field survey in

¹ Economista pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Doutor em El Medio Natural y Humano en las Ciencias Sociales - Universidad de Salamanca e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: lcneto@hotmail.com

³ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professora substituta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: meire.duarte@hotmail.com

⁴ Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: adoniasvidal@hotmail.com

⁵ Mestre em economia rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora substituta da Universidade Federal Rural do Semi – Árido (UFERSA). E-mail: gerlaniarocha@gmail.com

three settlements with a total of 33 existing in the city of Natal, which consisted of the application of interviews with the leaders and settled families, resulting in greater knowledge about the reality of these areas that integrate the Land Reform Policy. In an attempt to address the current situation of the settlements, we investigate some concerning the conditions of life of the settlers aspects, in which the results presented numerous problems ranging from lack of water to the poor infrastructure, especially in relation to health, education and services. Showing a large dependence on income arising from retirement and social security.

Key words: *Settlements, Land Reform, Income.*

1 Introdução

O processo de reforma agrária se apresenta como um dos mais difíceis objetivos quanto de estudo, em função do número de variáveis que compõem a compreensão social, econômica, política e de organização produtiva.

O Brasil adotou uma política baseada em Projetos de Assentamento, cabendo à responsabilidade da administração dos PA's (Projetos de Assentamentos) ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os PA's são propriedades públicas, de modo que os assentados recebem uma concessão de uso de parte do PA, geralmente chamado de lote, onde os beneficiados pelo programa não podem se desfazer ou vender seus lotes a terceiros.

Muitas discussões são abordadas quanto à forma de medir, aferir ou mesmo analisar a eficácia/eficiência das políticas públicas no tocante à viabilidade (social, econômica, ambiental) dos PA's, discutindo-se diversos parâmetros quanto à forma de utilização da terra (práticas agrícolas), produtividade e integração ao mercado. De todos os estudos de grandes magnitudes já utilizados, tem-se como aspecto inicial para análise dos mesmos, a formação da renda, baseada em diversos extratos e fundamentadas em tipos de atividades produtivas desenvolvidas pelos assentados, dentro e fora de sua unidade produtiva.

O universo da pesquisa é composto por 33 (trinta e três) assentamentos sob a responsabilidade do INCRA no município de Mossoró, no qual após uma série de análises, decidiu-se apenas escolher 03 (três) dos 33 assentamentos (Paulo Freire, Sussuarana e Independência). Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar a formação/composição de renda em áreas de assentamentos no município de Mossoró, buscando identificar novos componentes e sua participação na composição de renda dentro das áreas dos assentamentos Paulo Freire, Sussuarana e Independência no município de Mossoró/RN.

Para a realização desse estudo foi utilizada como metodologia uma pesquisa bibliográfica ampla, além de documentos e pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contou ainda com pesquisa quanti-qualitativa, utilizando o método de abordagem indutivo pautada em fontes primárias e secundárias, de documentos oficiais e estatísticos governamentais, bem como de pesquisa de campo nos assentamentos com lideranças e com trabalhadores sem terra dos referidos assentamentos.

2 Referencial teórico

O Processo da reforma agrária

Desde o começo da industrialização, a exploração dos recursos naturais vem crescendo cada vez mais, de modo que o agravamento desse quadro com a “mundialização” do acelerado processo produtivo aumentou a necessidade de um cuidado especial com o futuro da terra.

O Estatuto da Terra apontava para dois grandes eixos estratégicos para desenvolver o meio rural: a política agrária e a política agrícola. A política agrária, por um lado, definia o que era propriedade da terra no Brasil, e suas modalidades colocavam a desapropriação por interesse social, nos casos considerados necessários, bem como a compra de terras pela União para efeito de reforma agrária. Por outro lado, a política agrícola permitia que as oligarquias agrário-industrial acelerassem o desenvolvimento do capitalismo no campo, e sua interpretação possibilitou que o problema chave da questão agrária fosse à modernização do latifúndio (TEIXEIRA DA SILVA, et al., 1999).

A reforma agrária deveria funcionar como um instrumento economicamente viável, em que os agricultores familiares passariam a aquecer a economia a partir da formação de uma classe média rural com poder de consumo suficiente para dinamizar o mercado interno e produzir produtos mais baratos para o ambiente urbano. Dessa forma, a reforma agrária se fez necessária no Brasil, pois a estrutura fundiária em nosso país é muito injusta, dado que os dois primeiros séculos da colonização portuguesa, a metrópole dividiu e distribuiu as terras da colônia de forma desigual. (VEIGA, 1991).

A economia nacional tem reflexos também no Rio Grande do Norte, e como no âmbito nacional, é marcada por desequilíbrios regionais, os quais também se manifestam na diversidade socioeconômica dos Assentamentos Rurais.

O Estado do Rio Grande do Norte encontra-se em um dos pontos extremos da América do Sul, sendo o Estado do Brasil que está mais próximo dos continentes africano e europeu. Possuidor de uma área total correspondente a 53.077,3 km², ocupando uma área de 3,41% da Região Nordeste e cerca de 0,62% do território nacional.

A estrutura fundiária do Rio Grande do Norte, à semelhança do que ocorre no Brasil, apresenta um alto grau de concentração, com uma condição relativamente privilegiada no que se refere à disponibilidade de recursos no espaço rural, mas carente de meios que possa transformar suas potencialidades em oportunidades sustentáveis de desenvolvimento (MDA-RN, 2004, p.8).

Entre as áreas de assentamentos no Rio Grande do Norte, 11 municípios concentram 53% da área total incluídas no INCRA, sendo o município de Mossoró o que apresenta o maior número de assentamentos rurais no território do Estado, seguido dos municípios de Apodi, Ceará-Mirim, João Câmara, Upanema, Carnaubais, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Bento Fernandes, Caraúbas e Touros. (COSTA, 2005, p. 86)

Entre 1987 e 2009, segundo o INCRA, foram criados 275 assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Norte, que ocuparam 519.529,2583 ha de terras onde foram assentadas 19.755 famílias.

Na busca da eficácia e da necessidade de avanço e reestruturação do processo de reforma agrária, foi elaborado no governo Lula, a partir do ano de 2003 o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Estando diretamente associado a uma política de desenvolvimento regional, o principal objetivo era acabar com a idéia que o modelo adotado para o desenvolvimento e instalação de Assentamentos deveria ser igual em todo país, na realidade frisava que as políticas agrárias deveriam ser executadas de acordo com as potencialidades e características de cada região (NUNES et al, 2006, p. 8).

Entre as metas do Plano, baseando na recuperação dos projetos de assentamentos, constava atingir cerca de 23.000 famílias que se encontravam entre os 243 assentamentos no Rio Grande do Norte, sob a responsabilidade do INCRA, e para melhor caracterização dos PAs a serem executadas estratégicas de ação, as áreas de intervenção foram divididas em 06 áreas de acordo com o espaço geográfico, sendo elas a Área Oeste, Área do Vale do Açu, Área do Mato Grande, Área do Litoral, Área da Serra de Santana e demais áreas que compreendem os projetos de assentamentos fora das áreas reformadas. (ALBUQUERQUE NETO, 2011, p. 101)

3 Metodologia

Como pressuposto base, utilizaremos a metodologia da FAO, onde a renda é concebida como bom indicador de desempenho econômico, tanto em termos de eficiência como em termos comparativos, isto é de custos de oportunidade.

Segundo a FAO, a determinação da renda é visualizada de várias categorias, assim postas e definidas (ROMEIRO, 1994):

- a) *Renda Agrícola Líquida Monetária*: é a renda obtida com a venda dos produtos agrícolas, segundo os preços declarados pelos assentados (indexados pelo IGP/FGV-DI), diminuída dos correspondentes custos de produção, também avaliados pelos valores declarados nas entrevistas;
- b) *Renda Animal Líquida Monetária*: é a renda obtida com a venda dos animais e derivados, diminuída dos seus correspondentes custos de produção (avaliação idem ao ponto anterior);
- c) *Renda de Autoconsumo*: é a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção; as quantidades consumidas (segundo declaração) foram avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção; ou seja, trata-se da renda que o agricultor obteria se vendesse, ao invés de consumir esta parcela da produção;
- d) *Renda de Outros Trabalhos*: incluem-se aqui os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família;
- e) *Renda de Outras Receitas*: são as vendas ocasionais de produtos não-agrícolas, como por exemplo, madeira, carvão, extrativismo pequeno comércio, artesanato.

No tocante à composição/obtenção da renda, incluiremos duas outras categorias na composição, conforme ALBUQUERQUE NETO (2011):

- f) *Renda Previdenciária*: rendas oriundas de aposentadorias e/ou benefícios auferidos pelos membros da família.
- g) *Renda Programas Sociais/Doações*: rendas oriundas de programas sociais e/ou doações auferidas pelos membros da família

O universo da pesquisa é composto por 33 assentamentos sob a responsabilidade do INCRA no município de Mossoró, que em sua totalidade perfazem uma área de 68.700,0146 (ha) e que estão assentadas 3.227 famílias.

Após uma série de análises, decidiu-se apenas escolher 03 (três assentamentos) dos 33 assentamentos. Dentro dos critérios que pudessem determinar esta escolha, podemos citar: a) antiguidade – com 5 ou mais anos de existência, quando não possa existir uma interferência direta do INCRA quanto a formação/composição de renda daquele assentado; b) Capacidade produtiva instalada – que mediante a “emancipação” do referido assentamento, os assentamentos teriam a possibilidade de produzir de forma autônoma; c) Localização e/ou instalação onde os mesmos se encontram, onde preferencialmente

estivessem localizados próximos ou a margem de BR's, que possam configurar em uma maior acessibilidade e conseqüentemente, maior grau de atração das forças produtivas (mão de obra) das áreas de assentamentos.

Desta maneira, foram escolhidos os seguintes assentamentos para pesquisa de campo: a) Assentamento Paulo Freire, criado em 2003, com uma área de 1.585,0160 ha constituído por 57 famílias, ficando a 13 km do centro de Mossoró; b) Assentamento Independência, criado em 1995, com uma área de 1.061,9326 ha, constituído por 38 famílias assentadas se distanciando a 12 km do município de Mossoró; C) Assentamento Sussuarana, criado em 2000, com uma área de 313,7500 ha com 10 famílias assentadas localizados a 12 km do município de Mossoró.

Foram entrevistadas um total de 20% das famílias assentadas (por assentamento), com questionários contendo perguntas abertas e fechadas, escolhidas de forma aleatórias dentro da distribuição espacial de cada assentamento. Além disto, a aplicação de um questionário fechado (com algumas questões abertas) a uma amostra aleatória estratificada dos assentamentos e a uma amostra aleatória do tipo sistemático das famílias beneficiárias. Para completar as informações institucionais e de ordem qualitativa, será aplicado um questionário específico para cada assentamento de caráter "institucional".

4 Resultados e discussões

No Estado do Rio Grande do Norte, o município de Mossoró tem intensificado sua política de reforma agrária, contando hoje com 33 projetos de assentamentos, dos quais foram definidos três Assentamentos do município – Sussuarana, Paulo Freire e Independência-, que cumpriam o enquadramento geral do estudo da FAO, com o intuito de contribuir para diagnosticar possíveis entraves que possam ser superados para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

No assentamento Independência contamos com 7 (sete) famílias entrevistadas e o Paulo Freire com 11 (onze), já no Sussuarana foram entrevistadas 2 (duas) famílias na vila agrícola do assentamento, conforme distribuição espacial do referido assentamento, onde o quadro apresentado foi de preocupação, mediante o fato que dos assentamentos visitados, notamos que o mesmo dispunha da pior infraestrutura, principalmente quando verificamos o caso da falta de água.

No tocante ao perfil informal dos assentados, em sua maior parte tem idade igual e/ou superior aos 55 anos e possuem alguma renda vinda de aposentadoria/benefício, e quase todos foram unânimes em que tinham experiência na lidado campo, e que já viviam ou trabalhavam na região antes de irem morar no assentamento.

A condição de moradia se constitui um dado significativo no processo de construção de um povo. No caso dos assentamentos da amostra todos são providos de casa de alvenaria em estado razoável de conservação, encontrando-se quase todas rebocadas, sendo algumas em estágio mais avançado de melhorias, seguindo um padrão que oferece um conforto regular para a família do assentado, constando um nível satisfatório em quase todas as moradias.

No que se diz respeito ao acesso a água potável, o seu abastecimento é um dos maiores problemas enfrentados pelos estabelecimentos, mostrando-se precária em quase totalidade da amostra, sendo fato que mesmo nos assentamentos que possuem água encanada o tratamento da água é ineficaz quanto à qualidade e quantidade ofertadas em todos os assentamentos onde é distribuída de forma escassa e sem periodicidade determinada e em alguns casos chegam as torneiras com qualidade salobra, conforme relato de uma assentada, no caso do assentamento independência, a água devido a salobridade, não podem se destinar a um tipo de irrigação mais intensiva, em razão de correr o risco de salinizar o solo ou até mesmo queimar a plantação, o que chega a levar os moradores a procurarem água em outras comunidades e até mesmo a comprar água para seu consumo.

Tabela 1: Tipo de moradia e infraestrutura nos assentamentos pesquisados (elaboração dos autores, 2011)

| Assentamento | Tipo de moradia e Infraestrutura disponibilizada na Vila dos Assentamentos | | | | | |
|---------------|--|------------|-------------------------------|----------|-------------------|----------------------------------|
| | Tipo de moradia (Alvenaria) | | Fornecimento de Água Encanada | | Saneamento Básico | Fornecimento de Energia Elétrica |
| | Com Reboco | Sem Reboco | Água | Sem Água | Sem Esgoto | Energia |
| Sussuarana | 0% | 100,00% | 0,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Independência | 71,43% | 28,57% | 100,00% | 0,00% | 100,00% | 100,00% |
| Paulo Freire | 27,27% | 72,73% | 100,00% | 0,00% | 100,00% | 100,00% |

A energia elétrica esta presente em todos os assentamentos com índices de 100%, fato este que pode proporcionar certo tipo de lazer aos estabelecimentos levando em

consideração a compra de aparelhos de TV, ou até mesmo aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos.

Outro quesito no que se refere à infraestrutura é a ausência de tratamento sanitário tanto para os resíduos líquidos quanto para os resíduos sólidos produzidos nas áreas de assentamento. O problema se agrava devido à contaminação de solos e disseminação de doenças em decorrência do não tratamento dos dejetos ali produzidos. Esta condição de inexistência de um tratamento dos dejetos é responsável por boa parte propagação de doenças, e ainda contam com a presença constante de animais próximos às residências, o que no período de chuvas proporciona um verdadeiro criatório de moscas e demais insetos. Todos estes elementos ficam potencializados, em razão de não existir dentro das áreas de assentamentos uma política de saúde preventiva além de em muitos assentamentos não contarem com a existência de nenhuma unidade básica de saúde.

A educação e a saúde também são indicadores sociais responsáveis pela qualidade de vida da população, nesse sentido há a existência de escolas no âmbito dos ciclos iniciais do ensino fundamental, onde os alunos do 6º ao 9º ano e os que precisam fazer o ensino médio vão estudar na zona urbana deslocando-se em carros que são pagos pela prefeitura. Essa carência quanto à educação reflete de forma clara nos índices de escolaridade da população entrevistada, mostrando-se bastante baixo, onde nossa pesquisa de campo identificou que 13% eram analfabetos; 76% tinham apenas o 1º grau incompleto; 11% tinham 1º completo. Indicando que é necessário efetuar políticas de combate ao analfabetismo, principalmente no tocante a programas de alfabetização para adultos.

No tocante a saúde, os assentamentos não contam com postos de saúde onde as emergências possam ser atendidas, apenas um médico se apresenta ao estabelecimento uma vez por mês ou contam com um agente de saúde que dependendo da necessidade encaminha o paciente para zona urbana ou comunidades rurais mais próximas com melhores condições. Embora relatos dos assentados informem que essas visitas são bastante irregulares nas quais podem ser quinzenais, mensais e em outros períodos mais longos.

Composição de renda em áreas de assentamento no município de Mossoró

Todo estudo terá como parâmetro o salário mínimo, como base de rendas auferidas pelas famílias no ano de 2011. Na pesquisa de campo realizada a utilização desta unidade de referência, facilitou a identificação dos valores percebidos, não apenas das chamadas

transferências diretas, mas também para mensurar o consumo, e a venda agrícola e animal (quando possível de serem realizadas), ou mesmo da realização de atividade remunerada fora do assentamento.

Tabela 2: Renda média dos assentamentos em salário-mínimo/percentual da renda por atividades (elaboração dos autores, 2011)

| Assentamento | Renda Agrícola Líquida | | Renda Animal Líquida | | Renda Consumo | | Outros Trabalhos | | Outras Receitas | | Receita Previdenciária | | Receita Programas Sociais e/ou Doações | | Renda Média Mensal |
|---------------|------------------------|-------|----------------------|--------|----------------|--------|------------------|--------|-----------------|-------|------------------------|--------|--|-------|--------------------|
| | Salário Mínimo | % | Salário Mínimo | % | Salário Mínimo | % | Salário Mínimo | % | Salário Mínimo | % | Salário Mínimo | % | Salário Mínimo | % | |
| Paulo Freire | 0,00 | 0,00% | 0,21 | 11,42% | 0,09 | 4,64% | 0,73 | 39,51% | 0,00 | 0,00% | 0,73 | 39,51% | 0,09 | 4,91% | 1,84 |
| Sussuarana | 0,00 | 0,00% | 0,03 | 1,27% | 0,14 | 6,61% | 1,25 | 57,58% | 0,00 | 0,00% | 0,75 | 34,55% | 0,00 | 0,00% | 2,17 |
| Independência | 0,00 | 0,00% | 0,08 | 4,83% | 0,19 | 11,66% | 0,29 | 17,33% | 0,08 | 5,09% | 0,86 | 51,98% | 0,15 | 9,12% | 1,65 |
| Media | 0,00 | 0,00% | 0,10 | 5,84% | 0,14 | 7,64% | 0,76 | 38,14% | 0,03 | 1,69% | 0,78 | 42,01% | 0,08 | 4,67% | 1,88 |

Os sistemas produtivos locais operam com base em relações de trabalho peculiares diretamente relacionadas com o ambiente social e com a estrutura econômica, permitindo, assim, uma articulação da produção agropecuária com o modo de vida local. A partir do momento em que as atividades não agrícolas se tornam a principal fonte de renda permanente da família, além de se alterar a divisão do trabalho, redefine-se, também, uma série de relações.

Renda agrícola

A renda agrícola é obtida com a venda dos produtos agrícolas, segundo os preços declarados pelos assentados, diminuída dos custos necessários para sua produção. Na região de semiárido, dois tipos de práticas culturais agrícolas são mais utilizadas: são a cultura de sequeiro, considerada a tradicional, dependente da chuva, geralmente é realizada no período de consolidação do inverno, onde se procura utilizar culturas com ciclo de produção curta; e a cultura agrícola irrigada que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo.

Nos assentamentos pesquisados nenhum deles possui o tipo de plantação irrigada, pois o estabelecimento não possui esse tipo de sistema implantado, o que predomina é a prática de sequeiro, no qual ocorre em frequência em períodos de chuva, o que dificulta o sucesso em estabelecimentos que não tenha por base a técnica da irrigação.

A pesquisa foi efetuada baseando-se na produtividade do ano de 2011, procurando verificar o que tinha sido produzido no decorrer deste ano, em plantio de tipo sequeiro,

porém os resultados obtidos não foram satisfatórios em razão da estação chuvosa não ter de fato acontecido.

Mesmo com alguns problemas de pluviometria, onde alguns assentados perderam quase tudo que plantaram. Os produtos na pauta da renda agrícola nos 3 (três) assentamentos é geralmente formado por culturas tradicionais (milho e feijão). A prática agrícola destas culturas objetiva “inicialmente suprir” as demandas de consumo próprio e posteriormente do rebanho existente.

Renda animal

A renda animal é em geral, obtida através da venda dos animais e derivados, diminuída dos seus correspondentes custos de produção. Composto-se de diversas características produtivas e tipos de animais, tais como bovinos, caprinos, ovinos, suínos, equinos, aves e, etc. Nas áreas dos assentamentos produção animal apresentam algumas características gerais, onde os animais em geral não apresentam uma caracterização racial uniforme, ou seja, sem padrão definido, e que por esta razão apresentam uma taxa de conversão alimentar baixa; são criados, em geral, de forma extensiva, soltos nos lotes individuais ou na parte coletiva, e em alguns casos adentram inclusive na área de preservação ambiental; quase todas as instalações são precárias, não possuem controle sanitário, nutricional e veterinário.

Para uma análise geral, apresentamos na tabela nº 3 a composição de renda animal nas áreas de assentamento pesquisadas no município de Mossoró.

Tabela 3: Composição da renda animal nos assentamentos no ano de 2011 (elaboração dos autores)

| Assentamento | Renda Animal total em Salários mínimos* | Média Mensal por Assentado estimada** | | % da Renda Total |
|---------------|---|---------------------------------------|----------------|------------------|
| | | R\$ | Salário Mínimo | |
| Paulo Freire | 27,75 | 1375,00 | 0,21 | 6,90% |
| Sussuarana | 0,66 | 180,00 | 0,03 | 1,27% |
| Independência | 6,69 | 520,71 | 0,08 | 4,83% |

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 545,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Animal total/Nº de assentados)/12 meses.

Assim como acontece no plantio destinado tanto para venda como para consumo, a oferta de alimento aos animais é condicionada pelas estações de chuva, e que é caracterizada por “baixos” índices de rendimento por unidade de área.

Geralmente a utilização das áreas coletivas para a criação é comum. Em nossa pesquisa ficou a produção animal apresenta como origem tanto o sistema extensivo (área comunitária do assentamento e/ou área de preservação), como o sistema intensivo (área individual dos assentamentos). Onde em sua maior parte os animais nas áreas de assentamento são vistos como um tipo de poupança viva, para uma eventual necessidade financeira ou como utilização de consumo próprio, e não como um produto a qual sua maior finalidade seria o mercado.

O criatório de animais desenvolvido no assentamento Paulo Freire como nos demais assentamentos, o tripé da base para a produção da renda é ovino/suíno/caprinos e aves, predominando neste caso a criação de caprinos, visualizando-se também a utilização de cabras na venda do leite destes animais, que segundo afirma um dos assentados apresentam maior rentabilidade até mesmo que o leite de vaca.

O assentamento Sussuarana, mesmo apresentando todas as dificuldades de infraestrutura, ainda se mostra capaz de produzir um mínimo para o próprio consumo de pequenos animais como ovinos, caprinos e aves.

A pauta da renda animal no Assentamento Independência apresenta a criação de aves (neste caso galinhas), ovinos e caprinos.

Mesmo existindo a criação de animais de pequeno porte, encontramos praticamente as mesmas características entre os assentamentos: animais com baixa produtividade e soltos na zona comunitária, encontrando-se em diferente situação os suínos e as aves, pois precisam de uma atenção diferenciada.

Portanto, os assentamentos se mostram no nosso entender, um baixo aproveitamento, não apenas no aspecto da renda agrícola, mas também no desenvolvimento da renda animal. Demonstrando fragilidade, quanto as principais atividades com capacidade de inserção no mercado.

Renda consumo

A formação da renda consumo, no nosso entendimento, corresponde a mais importante parcela da renda total constituída dentro de um assentamento. É a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção (produção de subsistência); as quantidades consumidas (segundo declaração) foram avaliadas de acordo com os mesmos

preços de venda da produção; ou seja, trata-se da renda que o agricultor obteria se vendesse ao invés de consumir esta parcela da produção.

Os dados obtidos com a pesquisa quanto a renda autoconsumo podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 4: Composição da renda autoconsumo nos assentamentos no ano de 2011 (elaboração dos autores).

| Assentamento | Renda Consumo em Salários mínimos* | Média Mensal por Assentado estimada** | | % da Renda Total |
|---------------|------------------------------------|---------------------------------------|----------------|------------------|
| | | R\$ | Salário Mínimo | |
| Paulo Freire | 11,25 | 558,64 | 0,09 | 4,64% |
| Sussuarana | 3,44 | 938,00 | 0,14 | 6,61% |
| Independência | 16,15 | 1.257,14 | 0,19 | 11,66% |

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 545,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Autoconsumo total/Nº de assentados)/12 meses.

O processo de formação da renda consumo nos estabelecimentos apresentaram dois tipos de atividades a criação de animais e a atividade agrícola.

No assentamento Paulo Freire, a Renda Consumo tem uma formação composta por Criação de Animais (45,45%) e Atividades Agrícolas (54,55%).

Quanto ao consumo de animais, temos um relativo consumo de pequenos animais (ovinos, caprinos e aves), significando uma dieta relativamente regular. No caso dos caprinos, esta frequência é maior, e ocorre geralmente em período de inverno, onde os animais estão mais gordos e são sacrificados, sendo consumida uma parte, armazenada outra e a parte restante vendida.

No assentamento Sussuarana a renda consumo tem uma formação composta somente por criação de animais, em razão as irregularidades da chuva, prejudicando o plantio, e que apresentam a seguinte pauta na prática do autoconsumo.

A formação da renda consumo no assentamento Independência é composta por Criação de Animais (45,45%) e Atividades Agrícolas (54,55%).

Compreendemos que a realização de uma reforma agrária efetiva, passe necessariamente pelo fortalecimento, incentivo, bem como pela dotação aos assentados de meios e ferramentas para prática do autoconsumo, além do mais óbvio, demonstrar ao assentado que isto geraria a ele uma melhor qualidade de vida.

Renda de outros trabalhos

Considerando que a maioria dos agricultores trabalham no assentamento em agricultura de subsistência, dada as condições das irregularidades pluviais que não permitiram um bom aproveitamento na produção, estes não conseguiram obter renda suficiente para sobrevivência da família, sendo necessário procurar uma outra fonte de renda além das atividades agropecuárias.

O volume de renda gerada nos assentamentos carece de observações particulares, tanto de sua forma de integração, quanto de sua inserção ao mercado laboral, de cunho urbano como demonstram a tabela nº 5.

Tabela 5: Composição da renda outros trabalhos nos assentamentos no ano de 2011 (elaboração dos autores).

| Assentamento | Renda Outros Trabalhos em Salários mínimos* | Média Mensal por Assentado estimada** | | % da Renda Total |
|---------------|---|---------------------------------------|------|------------------|
| | | R\$ | S.M. | |
| Paulo Freire | 96,00 | 4.756,36 | 0,73 | 39,51% |
| Sussuarana | 30,00 | 8.175,00 | 1,25 | 57,58% |
| Independência | 24,00 | 1.868,57 | 0,29 | 17,33% |

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 545,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Outros trabalhos total/Nº de assentados)/12 meses

A composição da renda deste tipo de atividade, também conhecida como renda não agrícola, fundamentalmente a um distanciamento das atividades produtivas voltadas aos produtos agrícolas e animal, gerando muitas vezes uma situação em que o assentado passa mais tempo fora do assentamento do que efetivamente nas áreas de produção, em razão de em determinadas épocas do ano, dada a dificuldade em produzir o seu sustento. Incluem-se aqui os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família.

Este tipo de renda se compõe basicamente em três categorias de trabalho, a) Diaristas e/ou autônomos, que são os trabalhos executados fundamentalmente em áreas próximas aos assentamentos, de cunho agrícola ou que executam trabalhos com certa frequência em atividades voltadas para a prestação de serviços, além dos que exercem atividades no setor informal; b) contrato temporário, composta de pessoas que trabalham para as chamadas empresas prestadoras de serviços e; c) trabalho permanente, que agrega os funcionários públicos, comerciários, ou empregados de setores industriais.

A configuração da renda de outros trabalhos nos mostram que mesmo tendo praticamente consolidado o assentamento Paulo Freire, o mesmo ainda não foi capaz de criar uma base produtiva, voltada especificamente para as chamadas rendas agrícolas, o que pressupõe uma série de interferências do meio urbano/programas de transferência de renda, no processo produtivo dos assentamentos que leva, em suma, a vulnerabilidade extrema quanto a papel da terra como fator de produção.

A geração de renda oriunda de outros trabalhos no assentamento Independência solidifica a contextualização do novo rural e da conseqüente simbiose entre o rural e urbano, ficando cada vez mais difícil quantificar, determinar ou mesmo abstrair o que é gerado ou produzido de atividades agropecuárias. A facilidade de acesso para a sede município Mossoró, contribui bastante para o deslocamento desses assentados em busca de empregos no meio urbano.

A realidade do assentamento Sussuarana é evidentemente aterradora, especialmente quando verificamos a desmobilização produtiva (agrícola e animal), inclusive com a prerrogativa das condições de infraestrutura que desmotivam qualquer tipo de ação por parte dos assentados. Assim como os demais assentamentos, o assentamento Sussuarana passa por um processo de descaracterização produtiva (agrícola e animal), o que leva a uma conseqüente dependência de outros tipos de renda para garantir a sobrevivência do assentado, nesse caso, voltados para o emprego formal, em especial, em atividades não agrícolas.

Renda de outras receitas

A formação de rendas outras receitas são derivadas das vendas ocasionais de produtos nãoagrícolas, como por exemplo, madeira, carvão, extrativismo pequeno comércio, artesanato.

Conforme tabela nº 6, apenas o assentamento Independência realiza algum tipo de atividade que gera um tipo de renda.

Tabela 6: Composição da renda outras receitas nos assentamentos no ano de 2011 (elaboração dos autores).

| Assentamento | Renda Outras Receitas em Salários mínimos* | Média Mensal por Assentado estimada** | | % da Renda Total |
|--------------|--|---|------|------------------------|
| | | R\$ | S.M. | |
| Paulo Freire | 0,0 | - | 0,00 | 0,0% |
| Sussuarana | 0,0 | - | 0,00 | 0,0% |

| | | | | |
|---------------|------|--------|------|-------|
| Independência | 7,05 | 548,54 | 0,08 | 5,09% |
|---------------|------|--------|------|-------|

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 545,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Outras receitas total/Nº de assentados)/12 meses.

A atividade realizada nesta categoria foi à extração de pedra de calcário, utilizada também como fonte de renda alternativa para subsistência. Mostrando a vulnerabilidade dos assentamentos no que diz respeito à utilização dos recursos naturais.

Renda previdenciária

O processo de formação da Renda Previdenciária é oriundo de aposentadorias/pensões e ou auxílios auferidos pelos membros da família e se constitui no mais importante tipo de renda para os assentamentos pesquisados.

Tabela 7: Composição da renda previdenciária nos assentamentos no ano de 2011 (elaboração dos autores).

| Assentamento | Renda Previdenciária total em Salários mínimos* | Média Mensal por Assentado estimada** | | % da Renda Total |
|---------------|---|---------------------------------------|----------------|------------------|
| | | R\$ | Salário Mínimo | |
| Paulo Freire | 96,00 | 4.756,36 | 0,73 | 39,51% |
| Sussuarana | 18,00 | 4.905,00 | 0,75 | 34,55% |
| Independência | 72,00 | 5.605,71 | 0,15 | 9,12% |

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 545,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Previdenciária total/Nº de assentados)/12 meses

Conforme podemos ver acima, a aposentadoria serve como sustentáculo familiar, principalmente como forma de diminuição da pobreza. A resposta a esta questão, afirmativa entre 90% dos entrevistados que a aposentadoria os motiva a permanecer na área rural, deixa claro que o benefício é um fator fundamental para a permanência de muitas famílias no meio rural, pois se constitui em política efetiva que garante renda mínima ao aposentado e à sua família, impedindo o aumento do êxodo rural. A garantia de renda mínima é fundamental no meio rural, já que gera estabilidade, condição que a atividade agrícola não proporciona devido às oscilações climáticas, pragas, crises econômicas, etc.

A idade é um dos requisitos utilizados para a concessão da aposentadoria ao trabalhador do campo, sendo 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens. Apesar do baixo valor da aposentadoria, esta política se apresenta como fator essencial para a permanência do agricultor no campo.

Tabela 8: Concentração de renda por faixa etária nos assentamentos em 2011 (elaboração dos autores).

| Assentamentos | Paulo Freire | | Sussuarana | | Independência | | Total | |
|----------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|----------------------|----------------|--------------------|----------------|
| Faixa Etária | Renda Total | Renda % | Renda Total | Renda % | Renda Total | Renda % | Renda Total | Renda % |
| 18-25 | 0,00 | 0,00% | | 0,00% | 19,34 | 13,96% | 19,34 | 4,65% |
| 26-35 | 21,94 | 9,03% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 21,94 | 3,01% |
| 36-45 | 5,79 | 2,38% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 5,79 | 0,8% |
| 46-55 | 121,23 | 49,90% | 0,00 | 0,00% | 12,00 | 8,66% | 133,23 | 19,52% |
| 56-65 | 36,55 | 15,04% | 20,39 | 39,12% | 32,77 | 23,66% | 89,71 | 25,94% |
| Acima de 65 | 57,45 | 23,65% | 31,72 | 60,88% | 74,41 | 53,72% | 163,58 | 46,08% |
| Total | 242,96 | 100,0% | 52,11 | 100,0% | 138,52 | 100,00% | 433,59 | 100,0% |

Os dados da tabela acima demonstram o peso das três últimas faixas etárias na formação da renda. A análise procedente de tais dados demonstra o envelhecimento dos assentamentos, sem que haja necessariamente uma reposição da força de trabalho a executar atividades agropecuárias, estejam estas atividades ligadas a renda agrícolas ou não agrícolas, dentro do assentamento, levando em conta que muitos dos filhos de assentados buscam a vida na cidade ou migram para outros lugares, a procura de alternativas de renda, não possibilitando ao assentado de utilizar a chamada mão de obra familiar, tão usualmente conhecida.

A renda gerada a partir do processo de formação das rendas previdenciárias, engloba quase toda a renda gerada dentro dos assentamentos, e por muitas vezes torna-se a única renda a qual dispõem os assentados, refletindo muitas vezes, na improdutividade das demais rendas. Do total dos assentados entrevistados 57,89% receberam algum tipo de renda previdenciária. Deste montante que recebeu algum tipo de renda previdenciária, 60% receberam uma renda e 40% receberam duas rendas.

A maioria das rendas geradas era de origem da aposentadoria rural (50%). Se verificarmos os dados da tabela acima, veremos que quase na totalidade percebe-se um valor próximo de um salário mínimo por família.

No Assentamento Paulo Freire comprova-se a elevada dependência dos recursos da previdência social (aposentadorias/auxílios/pensões), advindas praticamente de aposentadorias rurais, com uma pequena exceção, um pequeno percentual de aposentadorias urbanas.

O papel destas rendas no assentamento Sussuarana minimiza as vulnerabilidades econômicas para compensar a falta de formação de rendas agrícolas, já que a pouca produção existente se vincula ao consumo.

Em razão do estado precário do estabelecimento, a renda previdenciária representa praticamente o único suporte dentro do assentamento. As maiores rendas do assentamento são formadas basicamente por pessoas que recebem aposentadorias e quando somados os benefícios/doações e rendas de outros trabalhos, estes percentuais beiram quase a sua totalidade. O tipo de aposentadoria baseia-se praticamente em pensão por invalidez, conforme o tamanho da amostra (20%).

No processo de formação da renda previdenciária no assentamento Independência, percebe-se um número elevado de aposentados, o que elevou em grande medida o valor total da renda auferida no assentamento.

Renda de programas sociais e/ou doações

O processo de formação da renda procedente da transferência monetária tem em sua concepção o objetivo de redistribuição efetiva, para permitir a redução das desigualdades sociais do país. Este processo de redistribuição, não combate o problema da pobreza em seu âmago, apenas de forma pontual grupos de pobres, considerados excluídos, que mesmo representando uma pequena parte da Renda Total, elas amenizaram a vulnerabilidade de algumas famílias no tocante a segurança alimentar. Muito embora, não conseguem garantir sustentabilidade e melhor qualidade de vida a longo prazo, tornando um certo tipo de dependência destas políticas reducionistas.

Tabela 9: Composição da renda programas sociais e/ou doações nos assentamentos no ano de 2008.

| Assentamento | Renda Benefícios total em Salários mínimos* | Média Mensal por Assentado estimada** | | % da Renda Total |
|---------------|---|---------------------------------------|------|------------------|
| | | R\$ | S.M. | |
| Paulo Freire | 11,93 | 591,27 | 0,09 | 4,91% |
| Sussuarana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Independência | 12,64 | 984,00 | 0,15 | 9,12% |

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = RS 415,00.

** Média Mensal por Assentados = (Programas Sociais e/ou Doações total/Nº de assentados)/12 meses.

Baseando-se na tabela acima, verifica-se que a formação de renda programas sociais e/ou doações nos assentamentos, mesmo acontecendo um volume de menor proporção, ainda está presente nos assentamentos.

No tocante Composição da renda programas sociais e/ou doações nos assentamentos pesquisados, todas foram de caráter particular (familiares), como forma de complementação da renda e garantia do mínimo em termos de segurança alimentar na

família. É possível que existam famílias que são contempladas com mais de um benefício, porém até o momento da pesquisa, não foi identificado nenhum programa social diferente do Bolsa Família, que tem seus condicionantes em relação ao número de filhos em idade escolar.

5 Considerações finais

A intensificação da luta pela terra ocorrida no Brasil nas últimas décadas contribuiu para o surgimento dos Assentamentos Rurais, está diretamente relacionado com a questão agrária brasileira, marcada pela estrutura fundiária concentrada e intervenções políticas que acentuaram as desigualdades sociais, pautada num desenvolvimento econômico voltado para a agroindústria em detrimento de ações que privilegiam a Reforma Agrária.

A garantia de sucesso dos assentamentos não é determinada apenas pelo acesso a terra. Para que seja possível, é necessário desenvolver políticas não apenas de aspecto produtivo, mas também sociais, com acesso a infraestrutura produtiva e social.

Os assentamentos devem ser encarados como elementos práticos de fixar o trabalhador no campo, contribuindo para sua autossustentação juntamente com sua família, mas o que a realidade agrícola mostra, na maioria das vezes, que os assentamentos não estão sendo capazes de produzir nem o suficiente para o autoconsumo, principalmente devido à predominância da tradicional prática de uma agricultura de sequeiro.

Dessa forma, inclui-se dentre as políticas que se qualificam como necessárias, uma política que leve em conta o no período da estiagem, para que assim sejam desenvolvidos programas que incorporem a mão de obra das áreas de assentamento, para garantir uma renda que possibilite aos mesmos um pouco de recursos para investimento em insumos e equipamentos a serem aplicados no período de chuvas, considerando as condições de desenvolvimento nas áreas de semiárido.

Ademais, cremos que a falta de conhecimento é o principal entrave do desenvolvimento das áreas de assentamento, não basta ser pobre ou sem-terra, é necessário ter também conhecimento, vontade e experiência. É contundente que a tomada de decisões sobre O desenvolvimento de estratégias de organização produtiva/comercialização/gestão e efetivamente o êxito de uma possível emancipação nos assentamentos será uma consequência da incorporação de inovações, ou propriamente, de como se fomentará localmente as estratégias e ações.

Entretanto, quando abordamos a questão da reforma agrária, passa a ser preocupante, pois estas pequenas falhas aprofundam as vulnerabilidades dos assentamentos, dificultando uma possível emancipação dos mesmos. A infraestrutura apesar de não ser totalmente determinante no processo de funcionamento dos assentamentos, mas somando-se às dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais enfrentadas pela agricultura familiar, tem efeitos graves sobre a vida dos assentados e sobre a produção, principalmente em relação ao assentamento Sussuarana que entre os três pesquisados, foi o que apresentou maior precariedade não dispondo ao menos de água encanada.

No caso dos assentamentos pesquisados, verificou-se uma pequena participação do crédito agrícola, no caso específico do PRONAF. Onde a obtenção deste tipo de financiamento deveria ser destinada para investimentos ou custeio, porém, no caso de nossa pesquisa, foi constatado que parte dos recursos não são devidamente aplicadas na atividade e que são destinados para compra de bens de consumo duráveis e semiduráveis. O que mais uma vez comprova a falta de uma consciência produtiva e de doação completa por parte dos assentados, que os leva ao desvio de finalidade destes recursos, direcionando-os a outros fins que não atividade produtiva.

Fica ainda comprovada a dependência de um elevado número de famílias que obtinha recursos de rendas não agrícolas, em geral, provenientes de transferências governamentais (rendas previdenciárias e benefícios sociais). Sendo esta renda, principalmente a renda previdenciária, a única fonte de renda de algumas famílias, em razão das inúmeras dificuldades encontradas existentes no quesito de conseguir sobreviver somente das rendas agrícola, permitindo aos assentados a manutenção das famílias durante os períodos de frustração de safra.

É interessante notar que mesmo diante todas as dificuldades existentes e descritas anteriormente, a maioria dos assentados se sentem felizes em morar e trabalhar no seu tão almejado “pedaço de terra”, donos de seu próprio terreno, e principalmente pela moradia.

O acesso a terra permitiu às famílias entrevistadas, segundo relatos dos mesmos, os assentamentos proporcionaram uma melhoria das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas destas famílias antes do seu ingresso nos projetos de assentamento.

Nesse sentido, entende-se que a política agrária levada a efeito pelo governo brasileiro não atende às aspirações da classe trabalhadora e representa de fato uma transformação na estrutura econômica do país, ou seja, existe uma incompatibilidade entre as exigências para inserção e real situação dos usuários, cuja solução o Estado não tem empreendido esforço necessário, fazendo com que os inúmeros obstáculos relativos às limitações dos próprios organismos de apoio, resultem principalmente em concessão de crédito inadequado e na prestação de assistência técnica insatisfatória.

5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE NETO, L. C. **Composição de renda nas áreas de assentamentos do INCRA no Estado do Rio Grande do Norte, no município de Mossoró: um caminho ao desenvolvimento incluyente e sustentável?** Trabalho de Conclusão de Curso (doutorado) Faculdade de Geografia e História - Universidade de Salamanca, Espanha, 2011.

COSTA, M. J. **Uma leitura geográfica da Reforma Agrária potiguar.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal 2005.

FERNANDES, M. J. C. **Dinâmica sócio econômica da reforma agrária e dos assentamentos rurais no território potiguar.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-26.

MDA - Ministério do desenvolvimento agrário- **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e qualidade de vida no meio rural.** 2004 - disponível em: <www.mda.gov.br> acesso em 25.01.2012.

NUNES, E. M. *et al.* **Reforma agrária e desenvolvimento rural no Nordeste: a experiência do Estado do Rio Grande do Norte.** XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento” - Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/792.pdf>> Acesso 20/01/2012.

OLIVEIRA, M. A. **A assistência técnica e a extensão rural no assentamento Modelo: proposição e realidade.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN 2009.

ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (Orgs). **Reforma Agrária: produção emprego e renda: o relatório da FAO em debate.** Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE: FAO, 1994.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *et al.*, (Orgs.), **Mundo Rural e Política.** Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1999.

VEIGA, J. E. (1991). **Fundamentos do agrorreformismo. In: A questão agrária hoje.** Stédile, P. (Org.) Porto Alegre: Editora Universidade, 2002.